

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO **LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS**

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

DISCIPLINA: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS A RESPEITO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EMENTA
Licitações públicas: aspectos introdutórios e legais - Lei 14.133/2021. Princípios da licitação. Prerrogativas da Administração Pública. Contratos administrativos: aspectos introdutórios Equilíbrio econômico-financeiro.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
O que é licitação pública? Marcos histórico e legal das licitações no Brasil. Alterações da nova Lei de Licitações. O papel dos princípios nas licitações públicas. Princípios constitucionais aplicáveis às licitações públicas. Os princípios na Lei de Licitações. Modificação unilateral do contrato administrativo e suas hipóteses. Casos de extinção unilateral do contrato administrativo. Fiscalização, sanção e ocupação de bens durante a execução do contrato administrativo. Elementos constitutivos dos contratos administrativos. Diferenças entre contratos administrativos e contratos privados. Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos. A (im)previsibilidade dos fatos como fundamento da modificação do contrato. Hipóteses que permitem o reequilíbrio do contrato.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 ago. 2021. • BRASIL. Decreto n. 5.450, de 31 de maio de 2005. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, DF, ano 142, n. 103, seção 1, p. 5–7, 1 jun. 2005. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=01/06/2005. Acesso em: 25 ago. 2021. • BRASIL. Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, DF, ano 153, n. 125, seção 1, p. 1–10, 1 jul. 2016. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=01/07/2016. Acesso em: 25 ago. 2021. • BRASIL. Lei n. 14.133, de 1 de abril de 2021. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, DF, ano 159, n. 61-F, seção 1, p. 1–23, 1 abr. 2021. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=613&pagina=1&data=01/04/2021. Acesso em: 25 ago. 2021. • BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. <i>Diário Oficial da União</i>, Brasília, DF, ano 131, n. 116, seção 1, p. 8269–8281, 22 jun. 1993. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=22/06/1993. Acesso em: 25 ago. 2021. • CARVALHO FILHO, J. dos S. Manual de direito administrativo. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017. • CARVALHO, M. Manual de direito administrativo. [S.l.]: JusPoivn, 2021. E-book. • DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. • JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: RT, 2016. • MAZZA, A. Manual de direito administrativo. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018. • NIEBUHR, J. de M. (coord.). Nova lei de licitações e contratos administrativos. 2. ed. Curitiba: Zenite, 2021. E-book.

DISCIPLINA: ASPECTOS GERAIS DAS LICITAÇÕES
EMENTA
Obrigatoriedade da licitação. O poder de compra do estado – fundamento constitucional. Fases do procedimento licitatório. Contratação direta, dispensa e inexigibilidade da licitação. Procedimentos auxiliares das licitações e contratações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Razões determinantes da obrigatoriedade das licitações. Situações da obrigatoriedade de licitação para a administração indireta. Fases do procedimento licitatório. O procedimento licitatório na Lei nº 14.133/21. Fase interna do processo licitatório: a importância do planejamento. Fase externa da licitação e suas etapas de execução. Contratação direta. Dispensa de licitação. Inexigibilidade de licitação. Procedimentos auxiliares: conceituação e diferenciações de institutos correlatos. Hipóteses de utilização de cada procedimento auxiliar. Sistema de registro de preços e formalização de negócios.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 11 ago. 2021. • BRASIL. Emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 jun. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm. Acesso em: 11 ago. 2021. • BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 11 ago. 2021. • BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, 1 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 12 ago. 2021. • BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Constitucionalidade 3026 DF. Relator: Eros Grau. Diário de Justiça, Brasília, 29 set. 2006. Disponível em: https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/760367/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-3026-df. Acesso em: 12 ago. 2021. • CARVALHO FILHO, J. S. Manual de direito administrativo. 32. ed. São Paulo: Atlas, 2018. • DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. • JUSTEN FILHO, M. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. • OLIVEIRA, R. C. R. Curso de direito administrativo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. • ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. História da OAB. [20--?]. Disponível em: https://www.oab.org.br/historiaoab/index_menu.htm. Acesso em: 11 ago. 2021. • BRASIL. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10024.htm.

Acesso em: 9 set. 2021.

DISCIPLINA: MODALIDADES DE LICITAÇÕES
EMENTA
O Pregão Presencial e o Pregão Eletrônico. Licitações em saúde. Modalidades e procedimentos nos processos licitatórios. Processo de contratação e objeto. E-GOV e o Comprasnet (Sistema de Licitação Online). Inexecução dos contratos administrativos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Pregão. Diferenças entre pregão e demais modalidades. Licitações em saúde. Licitação para aquisição de produtos no setor público. Indicadores de gestão nas licitações. Modalidades licitatórias e as inovações da nova lei de licitações. Rito procedimental comum. Pregão e concorrência: semelhanças e diferenças. Contratação e formalização dos contratos administrativos. Cláusulas necessárias e cláusulas acidentais nos contratos administrativos. Garantias para a celebração dos contratos administrativos. E-Gov e o Comprasnet - sistema de licitações online. E-Gov nos processos licitatórios. Comprasnet. Sistema eletrônico de cadastro de fornecedores (SICAF). A inexecução, sem culpa, do contrato administrativo. As consequências da inexecução culposa do contrato administrativo. Os prazos do contrato administrativo.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> BRASIL. Medida Provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/2026.htm>. Acesso em: 06 maio 2017. SANTANA, P. R. Sistema eletrônico de compras governamentais: o desempenho do SIASG-Comprasnet e sua influência para o futuro das compras governamentais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS, 8., 2013, Foz do Iguaçu. Anais... Curitiba: Instituto Negócios Públicos do Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.negociospublicos.com.br/congresso2013/anexos/Artigo-TCC-PauloRSantana.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017. BRASIL. Ministério do Planejamento. Painel de compras. Brasília, 2017. Disponível em: <http://paineldecopras.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Painel%20de%20Compras.qvw&host=Local&anonymous=true>. Acesso em: 09 maio 2017. BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, 1 abr. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 12 ago. 2021.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
EMENTA
Administração pública. Desafios contemporâneos da gestão pública. Gestão de riscos na administração pública. Dos crimes contra a administração pública estrangeira e contra as finanças públicas. Poderes da administração pública. A reforma gerencial do setor público no Brasil.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Administração Pública. Características do modelo de Administração Pública patrimonial. Organização político-administrativa brasileira. Organização da Administração Pública. Desafios contemporâneos da gestão pública. Modelos de gestão pública na história. Do conceito aos fatores que impulsionaram a modernização da administração pública.

Gestão de riscos na administração pública. Gestão de riscos x governança. Benefícios da gestão de riscos na administração pública. Dos crimes contra a administração pública estrangeira e contra as finanças públicas. Corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B do CP). Dos crimes contra as finanças públicas. Poderes da Administração Pública. Jurisprudência sobre os poderes da Administração Pública. A reforma gerencial do setor público no Brasil: características e desafios. Implantação do modelo gerencial: resistências e dificuldades. Análise do modelo gerencial na contemporaneidade. Modelo de excelência em gestão pública (MEGP): identificação e caracterização.

BIBLIOGRAFIA

- ASSUMPÇÃO, M. J. Contabilidade pública. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0200.htm>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- BRASIL. Emenda constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- BRITO, D. C.; RIBEIRO, T. G. A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 5, n. 2, jan./jul. 2003.
- BITENCOURT, C. Tratado de direito penal: parte especial. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v. 4.
- ALEXANDRINO, M. Direito Administrativo descomplicado. São Paulo: Editora Método, 2017.

DISCIPLINA:

TEMAS COMPLEMENTARES AO ESTUDO DO DIREITO ADMINISTRATIVO PÚBLICO

EMENTA

Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público e publicidade. Instituições do direito público. Constituição de 1.988. Intersetorialidade nas políticas públicas e direitos humanos. Noções introdutórias ao direito tributário. Princípios do Direito Administrativo: continuidade do serviço público, moralidade administrativa, eficiência e segurança jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípio da legalidade. Princípio da supremacia do interesse público. Princípio da publicidade. Instituições do Direito Público: sujeitos de direito público. Constituição de 1988. Direitos fundamentais e princípios Constitucionais. Gestão pública e governança pública. O desafio da execução das atividades de governança pública: definição dos preceitos constitucionais. Intersetorialidade nas políticas públicas e direitos humanos. Avanços e desafios para a efetivação dos direitos por meio da intersetorialidade. O Direito Tributário como ramo do Direito Público. A distinção entre Direito Tributário, Orçamentário e Financeiro. Principais conceitos utilizados pelo Direito Tributário. Princípios do Direito Administrativo: continuidade do serviço público, moralidade administrativa, eficiência e segurança jurídica. Moralidade administrativa. Eficiência do serviço público e segurança jurídica.

BIBLIOGRAFIA

- BENEDITO, A.; MENEZES, D. F. N. Políticas públicas de inclusão social: o papel das empresas. Revista Ética e Filosofia Política, Juiz de Fora, n. 16, v. 1, p. 57–76, jun.

2013. Disponível em: http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2009/08/16_1_benedito.pdf. Acesso em: 30 out. 2020.

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2225 set. 2019.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (2ª Turma). Recurso Especial 148315/RS. Relator: Min. Adhemar Maciel, 1 out. 1998. Diário da Justiça, 1 fev. 1999. Disponível em: <https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/19722013/recurso-especial-resp-148315-rs-1997-0065161-4?ref=juris-tabs>. Acesso em: 25 set. de 2019.
- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. Manual de Direito Administrativo. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- BALEEIRO, A. Direito Tributário brasileiro. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DISCIPLINA:

PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA

Direito Administrativo: aspectos gerais. Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia e publicidade. Continuidade do serviço público. Teoria do processo Negocial e Administrativo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Direito Administrativo moderno. Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público e publicidade. Teoria do processo negocial e administrativo. Características e objeto do processo negocial.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. Manual de Direito Administrativo. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- BRASIL. Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Súmula nº. 373. Primeira Seção, em 11 mar. 2009b. Disponível em: . Acesso em: 10 maio 2018.

DISCIPLINA:

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EMENTA

Classificação e formas de gestão do serviço público. Órgãos públicos. Cargo, emprego e função pública. Os agentes públicos. Conceito e Elementos do Serviço Público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Classificação e formas de gestão do serviço público. Serviços públicos delegáveis e indelegáveis. Concessão e permissão. Órgãos públicos: principais conceitos. Espécies de órgãos públicos. Cargo, emprego e função pública. Classificação dos cargos públicos.

Principais características dos cargos públicos. Conceito e elementos do serviço público. Princípio da generalidade e da continuidade. Princípios da eficiência e da modicidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- SCATOLINO, G.; TRINDADE, J. Manual de Direito Administrativo. 4. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2014.

DISCIPLINA:

PROCESSO E PROCEDIMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EMENTA

Regime Jurídico dos servidores Públicos. Poderes da Administração Pública. Legislação Aplicável ao Servidos Público federal. Responsabilidade Civil do Estado. Instituições do Direito Público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Regime jurídico dos servidores públicos. Sistemas remuneratórios dos servidores públicos. Direitos e deveres dos servidores públicos. Poderes da Administração Pública. Conceito de poderes da Administração Pública. Jurisprudência sobre os poderes da Administração Pública. Aspectos gerais da Lei nº 8.112/90 - estatuto do servidor público federal. Provimento, posse e exercício do cargo público. Responsabilidade civil do Estado: teoria do risco administrativo. Teoria do risco administrativo e teoria do risco integral. Teoria do risco administrativo nos atos omissivos do Estado.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. Direito administrativo descomplicado. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 12 nov. 2016.
- CARVALHO, M. Manual de Direito Administrativo. 3. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.
- BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (Sexta Turma Cível). 20170110166969 DF 0005140-96.2017.07.0018. Relator: José Divino, 8 ago. 2018. Diário da Justiça eletrônico, 14 ago. 2018. Disponível em: <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113616945/agravo-de-instrumento-ai-70056903883-rs/inteiro-teor-113616955>. Acesso em: 27 nov. 2019.

DISCIPLINA: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E MARCO CIVIL DA INTERNET
EMENTA
Marco Civil da internet. Proteção de dados pessoais. Legislação sobre a segurança da informação no Brasil. Questões Legais do E-business. Direito, Sociedade e Novas Tecnologias.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Trajetória do marco civil da internet. Neutralidade, privacidade e registro de acessos. A liberdade de expressão dos usuários e a responsabilidade dos provedores. Proteção de dados pessoais: fundamentos teóricos e históricos. Conceitos, princípios e institutos da LGPD. LGPD nas áreas de educação, saúde e relações trabalhistas. A legislação sobre a segurança da informação no Brasil. Aplicabilidade da LGPD. Análise comparativa entre LGPD e RGPD. Direitos do titular dos dados e deveres de agentes e controladores. Revolução 4.0: sociedade, indústria e relações de trabalho. Evolução das tecnologias de informação e comunicação. Mudanças na sociedade e no direito com as novas tecnologias.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • BISSO, R. et al. Vazamento de dados: histórico, impacto socioeconômico e as novas leis de proteção de dados. ReABTIC - Revista Eletrônica Argentina-Brasil de Tecnologias da Informação e da Comunicação, v. 3, n. 1, 2020. Disponível em: https://revistas.setrem.com.br/index.php/reabtic/article/view/378/174. Acesso em: 19 abr. 2021. • BRASIL. Comitê Central de Governança de Dados. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): guia de boas práticas para implementação na administração pública federal. Brasília: Comitê Central de Governança de Dados, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/governanca-de-dados/GuiaLGPD.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021. • CASTELLS, M.; CARDOSO, G. A sociedade em rede: do conhecimento à ação política. Belém: Imprensa Nacional, 2005. • ERCILIA, M.; GRAEFF, A. A internet. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008. • HARARI, Y. N. Sapiens: uma breve história da humanidade. São Paulo: L&PM, 2015.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO
EMENTA
Fundamentos da metodologia Científica. Metodologia. Aprendizagem Baseada em projetos. Apresentação de Pesquisa.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Pesquisa científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Produção e apresentação dos conhecimentos científicos. Metodologia: diferentes opções didáticas. As abordagens metodológicas e os métodos no processo de ensino e aprendizagem. Metodologia: do conhecimento prévio à síntese. Proposta de trabalho para o desenvolvimento da investigação científica. Os tipos de textos científicos. A estrutura de cada tipo de texto científico. Apresentação de um trabalho de pesquisa científica.
BIBLIOGRAFIA
<ul style="list-style-type: none"> • ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). Catálogo. 2020. Disponível em: http://www.abnt.org.br/normalizacao/abnt-catalogo. Acesso em: 5 out. 2020. • CAPALBO, C. Fenomenologia e educação. Fórum Educacional, v. 14, n. 3, p. 41–61,

jun./ago. 1990. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/download/61119/59327>. Acesso em: 5 out. 2020.

- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P de P.; HOHENDORFF, J. V. (org.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DISCIPLINA:
INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

EMENTA

Desafios contemporâneos da Gestão Pública. A Relação entre Estado, Governo e Gestão pública. O conceito de público e o paradigma do público como Estatal. Fundamentos da Autogestão. A Administração Pública Gerencial ou o Modelo Pós Burocrático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Modelo burocrático de Max Weber. Do conceito aos fatores que impulsionaram a modernização da administração pública. A relação entre Estado, governo e gestão pública. Governo e sentido de representação. O conceito de público e o paradigma do público como estatal. A relação do Estado com a privatização. Relação público-privado: governança corporativa. Fundamentos da autogestão: governança no setor público. Governança e gestão no setor público. Diretrizes da governança pública. A administração pública gerencial ou o modelo pós-burocrático. Burocrático e gerencial: uma visão mais profunda de Administração pelo tempo. Relacionando as principais ferramentas do modelo gerencial.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, W. M. Gestão do Orçamento Público. Brasília, DF: ENAP, 2014.
- CARDOSO, A. G. Governança corporativa, transparência e compliance nas empresas estatais: o regime instituído pela Lei 13.303/2016. Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.justen.com.br/pdfs/IE116/IE116-Andre-governan%C3%A7a-e-compliance-empresas-estatais.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- DI PIETRO, M. S. Z. 500 anos de Direito Administrativo. Rede, Salvador, n. 5, 2006. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com/revista/rede-5-janeiro-2006-maria%20sylvia%20zanella.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2017.
- FONTES FILHO, J. R.; PICOLIN, L. M. Governança corporativa em empresas estatais: avanço, propostas e limitações. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1163-88, nov./dez. 2008.
- KEINERT, T. M. M. Administração pública no Brasil: Crises e mudanças de paradigma. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- MACHADO, F. M. Desestatização e privatização no Brasil. Revista de Direito Administrativo. Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 99-119. 2015.